

*J. A. David de Morais, Senhores e Servas: Um Estudo de Antropologia Social no Alentejo da Primeira Metade do Século XIX*, Lisboa, Edições Afrontamento, Março de 2003.

David de Morais, doutorado em Medicina e professor da Universidade de Évora, deu agora por concluída a revisão e compilação em livro do manuscrito elaborado há cerca de vinte anos, mais concretamente em 1979. Com efeito, o objecto de estudo foi tratado entre os anos de 1977 e 1979, ficando entretanto perdido entre mil afazeres, mormente os respeitantes ao exercício da actividade médica. Nas palavras do autor, tal hiato de tempo poderá ter favorecido «uma leitura mais desapaixonada do fenómeno sócio-histórico-cultural estudado» (p. 44), quer devido ao falecimento de grande parte dos indivíduos citados, quer porque a distância se alia com frequência às hipóteses de maior imparcialidade nos terrenos das ciências humanas. Seguindo a argumentação de Morais, fica assim mais controlada a *relatividade da verdade*, conceito que pede de empréstimo a Karl Heider, antropólogo americano contemporâneo, autor de *The Rashomon Effect: When Ethnographers Disagree* (1988). De referir que o autor tem, até à data, cerca de uma centena de trabalhos e livros publicados em diversas áreas, nomeadamente medicina, ecologia humana, antropologia e história.

A obra é essencialmente composta por duas partes: o prólogo (35

páginas) e a apresentação da «história de uma vida» [97 páginas subdivididas em três cortes temporais: (1) infância; (2) adolescência e idade adulta; (3) senectude]. Acrescenta-se-lhe uma tábua cronológica e um segundo depoimento de uma habitante da aldeia do Esteval, a aldeia natal da protagonista do estudo, situada no Baixo Alentejo.

Morais reúne em *Senhores e Servas...* um conjunto de argumentos que atestam a «longa persistência» (p. 34), no contexto sócio-cultural alentejano, do direito de pernada dos proprietários sobre as suas criadas, realidade que se reporta até ao início de Novecentos. Este é o propósito fulcral da obra, conseguido graças ao depoimento em análepse dado por uma velha criada detentora de inestimável memória. O facto que desencadeou o início da investigação ocorreu durante o exercício da actividade médica do próprio David de Morais em contexto hospitalar. Josefa Fernandes, criada de portas adentro de uma grande casa de lavoura ao longo de trinta e oito anos da sua existência, procurou os serviços do Hospital de Évora para tratamento de doença prolongada. A relação médico-paciente foi extravasando paulatinamente o âmbito clínico e, de comum acordo com a paciente, foi possível recolher o seu testemunho de vida pelo método de registo electromagnético das entrevistas. As gravações foram realizadas durante o ano de 1978, tendo Josefa F. vindo a falecer em 1983.

Na obra, a estrutura do prólogo pode ser dividida em diversas com-

ponentes. Percorre-se sumariamente a genealogia da prática da *jus primae noctie* ou *jus luxandae coxae* (que dará origem ao portuguêsismo «direito de pernada»). Morais busca referências em fontes tão diversas como a história do direito, a antropologia social, o cinema e a literatura para justificar a permanência (anuência?) daquela prática na cultura indo-europeia. Pelas fontes literárias se detém com maior atenção e cuidado, aproveitando para referir aspectos específicos daquela prática no contexto da cultura portuguesa e, mais ainda, da cultura transtagana. Pena é que, no final do périplo, confidencie ao leitor não querer ir mais longe «no que respeita à evocação das minudências [*sic*] da literatura» (p. 27). Quanto a nós, a selecção das crónicas e trechos literários levada a cabo por Morais consegue, só por si, evidenciar a extrema violência que podem atingir relações de poder cuja desigualdade é incomensurável (aqui entre *senhor* e *serva*). Com alguma evidência, emergem aqui as questões tratadas por Pierre Bourdieu em *A Dominação Masculina*, para além de autores como George Mosse (1996) ou Gillioz, Depuy e Ducret (1997), centrados no problema da reprodução das desigualdades sexuais, naturalizando as categorias activo/passivo, cultura/natureza, domínio do espaço público/domínio do espaço privado, entre outras. Para regressar à literatura bastaria citar três ou quatro passagens de Abel Botelho, Brito Camacho e Alves Redol para nos confrontarmos com aquela violência.

A história da literatura portuguesa — parece-nos mesmo — tem sido dos poucos campos capazes de retratar (no sentido de insistir em tratar, e não de ilustrar) este fenómeno social. Tal como o autor reflecte em determinado momento, «a sociedade portuguesa já evoluiu o suficiente para que assuntos que outrora eram referidos apenas à pureza possam agora ser debatidos livremente» (p. 33). Saúde-se, pois, a coragem de o ter feito.

Ainda no prólogo, não nos identificamos completamente com um exercício levado a cabo pelo autor no sentido de demonstrar que a permissividade histórica perante determinados comportamentos sexuais no Alentejo (o contexto espacial de análise no qual toda a obra se centra) pode ser fundamentada em três ou quatro razões, sendo a última delas de raiz ontogénica. Ou seja, o autor recorre à tese de que a subcultura dos assalariados agrícolas, por oposição à subcultura dos «senhores», transporta geracionalmente uma cultura pré-édipiana que a leva à subjugação e aceitação da dominação sexual masculina. Julgamos que se avança aqui para um terreno que tende a naturalizar aquilo que é da ordem «cultural», acabando por desvalorizar a dinâmica dos processos sociais.

Nos capítulos 1, 2 e 3 («Testemunho de uma vida»), o acesso ao discurso na primeira pessoa de Josefa F., cuja fluidez narrativa decerto remanesce de uma cultura quase exclusivamente assente na oralidade,

apresenta-se como um enorme contributo para a história da sociedade portuguesa. Assim, além de revelar os contornos oblíquos que marcam qualquer relação de poder constituída por (e sobreposta a) uma relação interpessoal — no caso, entre a criada e o proprietário da casa —, trata-se de uma biografia que aponta também para outros caminhos. De facto, pela narrativa de Josefa F. reconstituimos a memória social sobre alguns factos que ajudam a pensar a estrutura da sociedade portuguesa. Isto sucede sobretudo quando nos reportamos a traços estruturantes do quotidiano rural. Por exemplo, a recorrência de histórias de suicídio masculino no Sul do país, a percepção sobre as dificuldades de deslocação e o acesso aos bens essenciais, certos modos de lidar com as doenças e as suas curas, relatos sobre greves ocorridas no Alentejo [greve dos trabalhadores agrícolas em Vila Nova (1911), greve geral em Évora (1922)], a dependência dos proprietários de um vasto conjunto de mesteres e ofícios que alimentavam a produtividade do latifúndio alentejano, a noção de que o estatuto de criado é rigidamente hierarquizado, entre outros aspectos.

Em termos formais, a apresentação da biografia peca apenas por utilização demasiado generosa das *notas de rodapé*. Embora o autor faça menção explícita à necessidade de recorrer a estas, não raro se quebra a fluidez do testemunho oral recolhido, criando duas linhas de texto: uma biográfica, outra de descodificação de certo vernáculo pela utilização de va-

riados localismos e regionalismos. Não desmerecendo a sua utilidade, talvez pudesse ter sido remetida para páginas finais no intuito de beneficiar a cadência narrativa da oradora.

Embora o leitor se aperceba da existência de uma certa depuração da narrativa de Josefa F. (na verdade, há sempre um processo de corte e selecção por parte do etnólogo), só vem acrescentar-lhe ritmo, linearidade e mesmo certa cumplicidade com quem lê, uma vez que são transcritos os momentos em que esta mulher verbaliza os seus próprios lapsos de memória, as frases repetidas com insistência — «porque numa vida há muitas vidas» — ou quando descreve o amor que a mãe lhe tinha, a insistência na escolha do verbo «brincar/brincando/brincando» (p. 103) para descrever os primeiros momentos de iniciação sexual.

A compilação de tão valioso testemunho devolve, no entanto, ao leitor uma interrogação essencial. Na realidade, se David de Moraes pretendeu, como atrás dissemos, atestar os resquícios do uso do «direito de pernada» dos proprietários sobre as suas criadas no contexto alentejano a partir da recolha de um testemunho, a «história de vida» de uma criada, talvez tenha conseguido justamente abrir mais questões do que fechá-las. Neste sentido, parece-nos apropriada a escolha do método da entrevista pelo autor da obra e o facto de ter permitido o acesso ao discurso de Josefa F. em *roda livre*. Sem interrupções do investigador e deixando que a própria buscasse na memória nexos de causalidade, reflexões e

interpretações sobre os acontecimentos que marcaram a sua própria vida, torna-se bem mais complexa a análise dos conteúdos da dominação nela descritos. Não sendo o discurso compartimentado em categorias, submetido a isotopias ou a outras técnicas próprias da análise de conteúdo usadas pela sociologia, fica aberto todo um leque de abordagens.

A determinado momento da narração podemos ter a sensação de estarmos perante uma história de amor, obnubliando todos os outros aspectos de violência e dominação, bem como toda a tragédia inerente à impossibilidade de contraditar uma ordem, como a de «nunca sair de casa» para não ser alvo de olhares, imposta pelo patrão/amante. A complexidade do método biográfico está precisamente aqui: a memória não reconstrói *como era*, mas *fruto do que já foi*. A inteligência de deixar a interpretação em aberto é, neste caso, um sensato convite para a interação entre as mais diversas contribuições, nomeadamente o cruzamento da história com a antropologia e a sociologia.

INÊS PAULO BRASÃO